



# Sterlite Power

**OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

## Demonstrações Financeiras 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadadori.estadao.com.br/publicacoes/>

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.431	10	29.918	1.816
Caixa restrito	6	—	—	4.564	—
Concessionárias e permissionárias	7	—	—	6.862	6.128
Ativo da concessão	8	—	—	71.947	69.315
Prêmio de seguro	—	—	—	1.732	1.422
Tributos e contribuições	140	—	—	1.450	1.025
Outros créditos	—	—	—	—	35
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>26.571</b>	<b>10</b>	<b>116.473</b>	<b>79.741</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Caixa restrito	6	—	—	8.604	12.900
Concessionárias e permissionárias	7	—	—	693	—
Ativo da concessão	8	—	—	913.674	843.628
Prêmio de seguro	—	—	—	664	253
Adiantamentos a fornecedores	9	229	248	75.833	75.621
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	9.337	7.659
Depósitos judiciais	—	—	—	6.135	—
		229	248	1.014.940	940.061
Investimentos	13	477.909	368.279	—	—
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>478.138</b>	<b>368.527</b>	<b>1.014.940</b>	<b>940.061</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>504.709</b>	<b>368.537</b>	<b>1.131.413</b>	<b>1.019.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Passivo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	10	4.831	3.043	41.274	58.426
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	216.296	173.928	644.392	337.276
Tributos e contribuições sociais	11	16	—	8.354	9.500
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	54
PIS e COFINS diferidos	15	—	—	7.040	6.412
Encargos setoriais	—	—	—	2.683	106
Dividendos a pagar	—	—	—	18	18
Provisão para onerosidade de contratos	12	—	—	31.744	48.220
Outros passivos	—	—	—	440	55
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>221.143</b>	<b>176.971</b>	<b>735.945</b>	<b>460.067</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	—	—	—	279.422
Outros tributos diferidos	15	—	—	84.130	78.035
Partes relacionadas	—	16.035	—	—	—
Provisão para contingências	16	—	—	43.807	10.712
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>16.035</b>	<b>—</b>	<b>127.937</b>	<b>368.169</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	17.a	441.078	384.126	441.078	384.126
Prejuízos acumulados	—	(173.547)	(235.861)	(173.547)	(235.861)
		267.531	148.265	267.531	148.265
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.b	—	—	43.301	—
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>267.531</b>	<b>191.566</b>	<b>267.531</b>	<b>191.566</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>504.709</b>	<b>368.537</b>	<b>1.131.413</b>	<b>1.019.802</b>

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de implementação e margem da infraestrutura	—	—	—	45.835	144.723
Remuneração do ativo de concessão	—	—	—	82.473	—
Receita de operação e manutenção	—	—	—	277	59.344
<b>Receita operacional líquida</b>	18	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>128.585</b>	<b>204.067</b>
Custo de implementação de infraestrutura	19	—	—	(7.992)	(382.349)
Custo de operação e manutenção	20	—	—	(2.882)	(3.601)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>117.711</b>	<b>(181.883)</b>
Despesas gerais e administrativas	21	(162)	(146)	(2.393)	(3.321)
Outras receitas (despesas)	—	—	—	—	219
Resultado de equivalência patrimonial	—	86.905	(198.683)	—	—
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>86.743</b>	<b>(198.829)</b>	<b>115.318</b>	<b>(184.985)</b>
Receitas financeiras	—	1.053	—	2.396	—
Despesas financeiras	—	(25.482)	(23.722)	(57.079)	(41.592)
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b>(24.429)</b>	<b>(23.722)</b>	<b>(54.683)</b>	<b>(41.592)</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	—	62.314	(222.551)	60.635	(226.577)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	—	—	1.679	4.026
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>62.314</b>	<b>(222.551)</b>	<b>62.314</b>	<b>(222.551)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	62.314	(222.551)	62.314	(222.551)
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>62.314</b>	<b>(222.551)</b>	<b>62.314</b>	<b>(222.551)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Notas Explicativas	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	
					capital - AFAC	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>344.126</b>	<b>(13.310)</b>	<b>330.816</b>	—	<b>330.816</b>
Aumento de capital social	17.a	40.000	—	40.000	—	40.000
Adiantamento para futuro aumento capital	17.b	—	—	—	43.301	43.301
Prejuízo do exercício	—	—	(222.551)	(222.551)	—	(222.551)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>384.126</b>	<b>(235.861)</b>	<b>148.265</b>	<b>43.301</b>	<b>191.566</b>
Aumento de capital social	17.a	56.952	—	56.952	—	56.952
Adiantamento para futuro aumento capital	17.b	—	—	—	11.351	11.351
Lucro líquido do exercício	—	—	62.314	62.314	—	62.314
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>441.078</b>	<b>(173.547)</b>	<b>267.531</b>	—	<b>267.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social		62.314	(222.551)	60.635	(226.577)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(86.905)	198.683	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	8	—	—	(90.240)	—
Remuneração do contrato de concessão	15	—	—	6.723	128
PIS e COFINS diferidos	14	—	—	33.095	3.485
Apropriação custo de captação de debêntures	16	—	—	—	10.712
Provisão para contingências	14	15.479	13.264	44.037	44.973
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	7.653	7.392	7.653	7.392
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	—	—	(16.476)	48.220
Provisão para onerosidade de contratos	—	—	—	(1.180)	—
Rendimentos financeiros caixa restrito	—	—	—	1	—
Outros	—	—	—	—	—
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais	8	—	—	17.562	(1.382)
Ativo de concessão	7	—	—	(1.427)	(6.128)
Concessionárias e permissionárias	—	—	—	(425)	(124)
Impostos e contribuições	—	(140)	—	(721)	(615)
Prêmio de seguro	09	19	(99)	(212)	(28.646)
Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—	—
Partes relacionadas	—	16.035	—	—	—
Outros ativos	—	—	—	35	—
Depósitos judiciais	—	—	—	(6.135)	—
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais	10	1.788	3.043	(17.152)	12.520
Fornecedores	11	16	—	(1.146)	(2.383)
Tributos e contribuições sociais	—	—	—	2.577	106
Encargos setoriais	—	—	—	—	(1.877)
Partes relacionadas	—	—	—	—	55
Outros	—	—	—	(54)	—
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	—	—	(31)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	—
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<b>16.259</b>	<b>(268)</b>	<b>37.907</b>	<b>(140.172)</b>
Atividades de investimento					
Investimento em controladas	13	(2.300)	(40.000)	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	13	(20.425)	(43.245)	—	—
Caixa proveniente de controlada adquirida	—	—	—	—	—
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<b>(22.725)</b>	<b>(83.245)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	17.a	2.300	40.000	2.300	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.b	11.351	43.301	11.351	43.301
Caixa restrito	6	—	—	912	(5.942)
Debêntures e empréstimo captados líquidos do custo de emissão	14	19.236	—	19.236	—
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	—	—	—	95.286
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	—	—	—	(3.470)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	—	—	(14.095)	(53.915)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	—	—	(29.509)	(22.777)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<b>32.887</b>	<b>83.301</b>	<b>(9.805)</b>	<b>92.483</b>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<b>26.421</b>	<b>(212)</b>	<b>28.102</b>	<b>(47.689)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	10	222	1.816	49.505
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<b>26.431</b>	<b>10</b>	<b>29.918</b>	<b>1.816</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1 Contexto operacional

**1.1. Objeto social:** A Olindina Participações S.A. ("Companhia" ou "Olindina"), foi constituída em 08 de junho de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico de investir e desenvolver o projeto de transmissão de energia: São Francisco (a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 7 do Leilão de Transmissão nº 002/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, composto por instalações de transmissão de energia localizadas no estado de Sergipe e Bahia).

#### 2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2026.

#### 3 Políticas contábeis materiais

**3.1. Ativo da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o

encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e à serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo da concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo da concessão - contratual:** A concessão da controlada da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 9). O valor do ativo



**OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

**Sterlite Power**

**Demonstrações Financeiras 2025**

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.2. Contratos onerosos:** Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. **3.13. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da controlada da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de

contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a controlada da Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

**4 Eventos subsequentes**

**4.1 Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial:** Conforme mencionada na nota explicativa 1.5.1, nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Two Square, GBS e Olindina foi homologado.

**DIRETORIA**

**Luiz Felipe Negreiros de Sá**  
Diretor

**Julia Coelho Peres**  
Diretora

**Gabriela Desire Olímpio Pereira**  
Diretora

**Anderson de Souza Santos**  
CRC - 1SP245747/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Olindina Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Olindina Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 194.572 mil na controladora e R\$ 619.472 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2025, substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 195.777 mil na controladora e R\$ 613.435 mil no consolidado, em virtude do descumprimento de covenant, e que a Companhia irá solicitar aos credores a dispensa temporária (waiver). Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve sobre os atrasos da entrada em operação do empreendimento, e as consequências advindas desse atraso nos termos do contrato de concessão. Finalmente, conforme divulgado na nota explicativa 1.5, a Companhia, juntamente com sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. protocolou pedido de recuperação extrajudicial, o qual foi homologado em 6 de março de 2026, estando em fase de implementação e cumprimento das obrigações previstas no respectivo plano, inclusive no que diz respeito à novação dos créditos afetados. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, como a necessidade de caixa da Companhia e de sua controlada para manutenção de suas atividades operacionais indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados em nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada da Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para

que a controlada da Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 985.621 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da controlada da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da controlada da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela controlada da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da controlada da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xi) a avaliação das divulgações efetuadas pela controlada Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

**EY** Shape the future  
with confidence

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O  
**Francisco F. A. Noronha Andrade**  
Contador CRC PE-026317/O

[www.sterlitepower.com/br/brazil](http://www.sterlitepower.com/br/brazil)

**TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA  
RESULTADOS EM VALOR**

**DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE  
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.**

**ESTADÃO RI** Publicação simultânea na plataforma  
de relações com investidores.

**CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442**

